

A questão da ideologia: contribuições a um estudo teórico¹

Eurico de Lima Figueiredo e Carlos Sávio Teixeira

O século passado foi marcado pela ascensão e afirmação do império norte-americano no plano da organização da sociedade internacional. Tal fato correspondeu, no que diz respeito ao que aqui interessa, a dois desdobramentos intimamente interligados, mas dotados de singularidade própria. O primeiro desdobramento ocorreu a partir dos anos sessenta do século XX quando Daniel Bell publicou seu livro enunciando a tese relativa ao “fim das ideologias”, e Francis Fukuyama, nos anos 80, propôs suas idéias relativas ao que denominou de “fim da história”. O segundo foi o surgimento do neoliberalismo como e enquanto suporte teórico e ideológico do processo de globalização na prática da maioria das nações. A rigor, na verdade, tratava-se de um ressurgimento das propostas que deitavam origens nas formulações clássicas do liberalismo que vinham de longe, desde as formulações clássicas e matriciais de Adam Smith, no plano da economia, e de John Locke, no plano da organização política das sociedades marcadas pela égide do capital. O óbvio paradoxo que resultou desses desdobramentos levou à necessidade de se retomar a questão da ideologia, porquanto a sua propalada morte (assim como da história onde isso ocorreu) passava a esconder, na realidade, o nascimento de

uma outra ideologia. Isto é, a naturalização, e assim permanência, das vigentes configurações do poder internacional sob a égide do incontestável poder imperial dos EUA a partir da queda do muro de Berlim, em 1989, e da desintegração da ex-URSS, em 1991.

Embora seja uma palavra incorporada ao vocabulário cotidiano das pessoas relativamente bem informadas, a ideologia - como e enquanto conceito cientificamente referenciado - está longe de obter entre os estudiosos pacífico consenso. Na verdade, na abóbada que separa posturas quase que antagônicas, haverá aquelas que advogam sua competência teórica e sua eficácia operacional e outras que, justamente, rejeitam tal competência e tal eficácia, percebendo-se entre elas uma gama de posicionamentos intermediários. A compreensão da complexidade do tema dá lugar à perplexidade, entretanto, quando se contrapõem as teses dos que negam o poder explicativo do conceito à brutal realidade dos números que caracterizam a sociedade internacional neste início do milênio.²

Em tal situação, no *continuum* realidade concreta/conceito, parece fazer muito sentido uma concepção teórica que procura detectar, analisar e explicar, exatamente, o que está dissimulado, escondido e falsificado. Os discursos liberais, que justificam a ordem internacional (e, no caso do Brasil, a ordem nacional), sob a égide dos processos globais, negam a possibilidade de outros caminhos para a prosperidade a não ser aqueles por eles mesmos definidos. Justificam a evidente disparidade de poder e renda entre os países mais ricos e mais pobres tendo em vista as excelências da livre iniciativa, do poder estatal mínimo e sua conseqüente retirada das atividades econômicas, do rigor fiscal, do controle rígido da moeda, etc., de tal modo que os que não se coadunam com seus preceitos, também não se qualificam para receber suas benesses. Posicionam-se na contramão da história os que se esforçam para sugerir caminhos alternativos para o desenvolvimento, mesmo que tais caminhos não trilhem, obrigatoriamente, a *doxa* do socialismo. Aproveitam-se, aliás, da crise do socialismo mas olvidam, nos seus cálculos, entre muitos outros “esquecimentos”, o caso da China. Entretanto, o ex-tigre de papel, com uma população que é quase seis vezes maior do que a norte-americana, em pouco mais de cinquenta anos, contrariando os fundamentos liberais, poderá tornar-se o país mais poderoso do planeta, surgindo como o dragão do novo milênio. Desvirilizam o conceito, em suma, para afirmar que não há ideologia onde mais ideologia evidentemente há. Esse trabalho pretende, exatamente, reafirmar a fertilidade e a atualidade do conceito.

De início, e a título de mera enunciação preliminar, pode-se propor que o conceito de ideologia é, em geral, empregado em um sentido amplo e em um sentido restrito. Na primeira acepção o termo guarda no seu âmago a compreensão de que a ideologia é uma representação falsa das relações de classe nas sociedades organizadas em torno da privatização dos bens de produção. A noção guarda em sua definição (e mais: em sua gênese) indelével inspiração marxista. Na segunda acepção o termo se refere a um conjunto de crenças, idéias e valores que tem como função inspirar a ação dos agentes coletivos, sejam eles partidos políticos, sindicatos, grupos de interesse em geral, etc. Mário Stoppino, citando e referendando Norberto Bobbio, classifica o primeiro sentido como tendo um “significado forte” e o segundo como tendo um “significado fraco”, assinalando que é essa “fragilidade” do conceito que predomina na sociologia e na ciência política contemporâneas (Stoppino, 1986: 585). Entre os representantes mais conceituados dessa última tendência encontram-se, por exemplo, e entre outros, Daniel Bell (1960), Giovanni Sartori (1965, 1969) e Francis Fukuyama (1992). Alguns, como Umberto Cerroni (1993), em livro que postula um abreviado e sintético balanço dos métodos e teorias, dos processos e sujeitos, das instituições e categorias do que ele denomina de “moderna ciência da política”, parece não querer desconsiderar o conceito. Entretanto, ao mesmo tempo, intercala-o no quadro de uma velha controvérsia metodológica acerca das relações entre ciências sociais e ciências naturais que, para ser dirimida, implicaria em se retomar o conceito após se empreender hercúlea tarefa epistemológica. Trata-se, na verdade, até hoje, de tarefa não cumprida. Na prática da pesquisa empírica sua compreensão implicaria, em última análise, em relegar o conceito à sua inoperância. Desse modo, querendo defender a “força” do conceito, acaba trocando-o pela sua “fragilidade”. Assim ele se pronuncia:

O verdadeiro problema de uma eficiente e sistemática “crítica das ideologias”, ao contrário, permanece sendo o da constituição de uma ciência capaz de superar o dualismo entre ciências naturais e ciências sociais. Uma efetiva superação da ideologia, em suma, só seria alcançada com a superação do ceticismo persistente diante de uma ciência da sociedade e mais em geral diante da própria ciência (Cerroni, 1993: 58).

O objetivo deste ensaio é propor um entendimento da noção de ideologia que a apreenda e localize dentro do quadro teórico e metodológico onde ela surge e se explicita. Tal meta pretende ser alcançada percorrendo-se quatro

etapas. A primeira identifica a origem da acepção de ideologia nos primórdios do século XIX quando se lançaram as bases das ciências sociais. A seguinte centra sua atenção na noção marxista de ideologia. Trata-se de tarefa nada fácil, já que Marx e Engels não chegaram a conferir uma forma pronta e acabada às suas teorias relativas à política em geral e, em particular, à ideologia. A terceira procura localizar a temática no âmbito do debate contemporâneo. Finalmente, se propõe a plena atualidade do conceito no contexto da ciência da política atual.

1. Ideologia: a gênese do conceito

Se o surgimento e o desenvolvimento do capitalismo industrial localizaram-se, em seus moldes gerais, entre meados dos séculos XVIII e XIX nos países mais avançados na época, foi também nesse mesmo período e nessas mesmas sociedades que os historiadores das ciências sociais também identificaram a sua “pré-história”. E se aquele modo de organização econômica ganhou ímpeto por volta de 1850, foi igualmente a partir daí que eles também identificaram o início da fase *formativa* desse ramo do saber (Bottomore, 1965: 17/18; Zeitlin, 1975: 11/20).

Nesse século de formação o *scholar* inglês, visando detectar as características comuns à produção sociológica, identificou três traços distintivos dessas nascentes ciências sociais. Em primeiro lugar, o caráter *enciclopédico*: os pioneiros dos estudos sociais visavam compreender “a totalidade da vida social do homem e a totalidade da história” (Bottomore, 1965: 17). Em seguida, o caráter *evolucionista*: os estudiosos da época se concentravam na tarefa de explicar a transformação social inspirados em Darwin. Em terceiro lugar, o caráter *positivista*: a constante preocupação de constituir um saber que pudesse reproduzir os modelos científicos que maior sucesso lograva no campo das ciências naturais. No século XVIII tais modelos inspiraram-se principalmente na Física e, no século XIX, na Biologia (Bottomore, 1965: 17). Seria quicá conveniente acrescentar a essas três características uma quarta: a *instrumental*. Ou seja: a compreensão segundo a qual os saberes humanos deveriam superar seu caráter meramente diletante e servirem como ferramentas de ação social em prol do bem-estar das coletividades. Um positivista como Comte (1798/1857) desenvolveu, no decorrer das últimas fases de sua obra, um claro compromisso com o “progresso social”. Marx, de um ponto de vista radicalmente distinto, propôs, por exemplo, na célebre 11ª tese sobre Feuerbach, na primavera européia de 1845, o seguinte: “os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de diferentes maneiras; mas o que importa é transformá-lo” (Marx e Engels, 1999: 128).

Segundo muitos estudiosos, deveu-se ao filósofo francês Antoine Destutt de Tracy (1754/1836) a utilização do termo ideologia nos tempos modernos (Barth, 1951). As formulações desse pensador, contidas no seu livro *Elements d'Ideologie* (1801), empregava a noção de ideologia de maneira bastante original. Suas idéias sobre o conceito, em geral, passaram a ser interpretadas como uma ponte entre uma acepção que já vinha de longe (desde, pelo menos, Francis Bacon, 1561/1626) mas que só se incorporou, definitivamente, ao jargão dos estudos sociais a partir de Karl Marx (1818/1883) e Friedrich Engels (1820/1895). Influenciado pelo clima de opiniões de sua época e de seu país, onde o movimento iluminista constituía-se na mais preeminente vanguarda intelectual, Destutt de Tracy incluía-se entre os que se propunham a fundar e a fundamentar uma ciência do homem e do seu pensamento. Grandemente influenciado pelo chamado “sensismo” de Condillac (Ettiene Bonnot de, 1715/1780), Destutt de Tracy era tão ambicioso quanto foram todos os primeiros desbravadores em qualquer área do saber. De fato, seu objetivo era criar a base de todas as ciências: “a ciência das idéias”. Considerava essas últimas, as idéias, como fenômenos naturais que expressavam as relações entre o homem (concebido como organismo vivo e sensível) e o seu meio natural circundante. Ideologia para ele seria apenas uma parte dessa ciência (geral) das idéias e não essa própria ciência. Nos seus próprios dizeres:

Parece-me que ideologia é o termo genérico porque a ciência das idéias compreende a ciência da expressão das idéias e de sua dedução. Ao mesmo tempo, é o nome específico da primeira parte (Destutt de Tracy, 1801, *apud* Alves Filho, 1997: 79, tradução dos autores ELF e CST).

No entanto não era apenas essa preocupação constante de criar ciência que impregnava sua obra e que o colocava em contato com o espírito de seu tempo. A positividade de suas intenções se complementava com os resultados práticos que deviam resultar do conhecimento. A suposição era que o pensamento correto conduzisse à ação política correta (Alves Filho, 1997: 80).

Napoleão Bonaparte utilizou o termo ideologia de uma maneira pejorativa. Em discurso proferido em 1812 ele atacou os professores do *Institut de France*, entre eles Destutt de Tracy, acusando-os de investir contra ele ao lançarem mão de argumentações irresponsáveis, genéricas e falsas. Denunciava-os, assim, como “fazedores de ideologia” querendo com isso, possivelmente, ocultar as contradições da ordem vigente sob seu império. Ideólogos para ele, nesse sentido, eram todos os intelectuais sem compromissos com a realidade.

Usado a partir daí por escritores consagrados como o Visconde de Chateaubriand (1768/1848) e M. de Bonald (1754/1840), o termo se popularizou entre a população mais bem educada.

Marx tomou contato com o termo durante sua estadia na França entre 1843 e 1844. Em seu estudo, *A sagrada família*, escrito em conjunto com Engels naquele último ano, evidencia não só que ele o conhecia na acepção de Destutt de Tracy, mas também na forma deletéria empregada por Napoleão. Mais ainda: há informações de que Marx copiou trechos inteiros, segundo Barth, do *Elements d'Ideologie*, possivelmente tendo em vista a preparação de *Ideologia alemã* que ele publicaria, em conjunto com Engels, em 1845/1846. Seja lá como for, o dado importante a ser retido é que “com uma única palavra Marx e Engels podiam definir uma instância da superestrutura” (Alves Filho, 1997: 83). Com isso, deram início a uma vasta e complexa literatura no campo da teoria política. Muitas das ambigüidades do texto, até hoje objeto de intensa controvérsia, fazem parte do que Althusser denominou de período do “jovem Marx” (e, acrescente-se, “jovem Engels” também). Jovens, certo, porquanto Marx tinha na época cerca de 27 anos e Engels 25, mas por isso mesmo absolutamente geniais.

A seção adiante, tento em vista esses comentários preliminares, encaminha uma versão esquemática - e por assim dizer *livre* - da noção marxista de ideologia. Entende-se por *livre* aqui: a) a versão que se segue não acompanha a ordem da exposição sobre o tema em qualquer uma das obras de Marx e Engels; b) ao contrário ela “inventa” uma outra ordem (entre tantas possíveis) visando compactar os elementos principais da concepção de ideologia fundamentada nesses autores, tendo em vista compatibilizá-la com os objetivos imediatos deste ensaio. Tal “invenção”, entretanto, não deixou de atentar para o que se pode chamar “princípio da fidedignidade”, a linha de exposição nutrindo-se das necessárias fontes de referência, quando e se necessário. Se originalidade alguma puder ostentar o esforço que se segue, ela deve ser encontrada nessa declarada intenção.

2. O conceito marxista de ideologia

A concepção marxista relativa ao conceito de ideologia espalha-se no decorrer dos quarenta anos que durou o consórcio intelectual dos autores do *Manifesto*. Encontra-se aí na dispersão, talvez, um dos motivos que explica até hoje as dificuldades que tiveram os seus pósteros para lidar com tal concepção.

Outras explicações por certo podem ser argüidas. Mas o fato é que a “questão ideológica” resultou em diversas interpretações muitas vezes inconsistentes entre si, seja no caso de seguidores das idéias marxistas, seja no caso dos seus detratores, seja no caso dos que procuraram (e procuram) se situar entre uns e outros. No entanto, pode-se dizer que se encontra na *Ideologia alemã* o ponto de partida (e para alguns, os chamados “marxistas preguiçosos”, também o ponto de chegada...) para o entendimento da acepção em pauta. Editado logo depois de *A sagrada família*, e também após a elaboração dos famosos *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*³, as formulações contidas nesses trabalhos antecipam as que foram, logo a seguir, desenvolvidas em *A ideologia alemã*. Projetam, também, o que seria mais tarde desenvolvido por Marx em outros trabalhos, como por exemplo nos *Fundamentos da crítica da economia política* (1857) e, principalmente, na *Contribuição à crítica da economia política* (1859). Mas, inclusive devido ao próprio modelo metodológico que propugnaram, o conceito se propaga por toda a obra de forma mais ou menos explícita ou implícita.

Como se trata nesta seção de se apresentar tão somente uma interpretação do conceito marxista de ideologia adequada aos objetivos particulares deste artigo, a que aqui se propõe está longe de ser exaustiva e, muito menos, completa. Não exhibe, desse modo, qualquer pretensão heurística nem exegética. Possui, por assim dizer, um caráter meramente *instrumental*: serve a objetivos imediatos em consonância com as metas deste trabalho. Resulta, necessariamente, dos textos escritos por Marx e Engels e engloba um conjunto de proposições que se supõe tenham podido conter e reter a argumentação construtora do conceito. Após a enunciação de cada uma delas, encontrar-se-á, entre parênteses, a identificação da fonte bibliográfica que serviu como apoio para sua formulação.

1. A realidade social é, nos seus aspectos mais irreduzíveis, expressão de uma totalidade⁴. Estando esta sempre em constante movimento, fazendo-se e refazendo-se no fluxo da vida, ela resulta de múltiplas e complexas interações. No substancial, e fundamentalmente, elas expressam, na prática real da vida dos homens, o dialético entrechoque entre *forças produtivas e relações de produção*. A rica e multivariada interfecundação entre essas categorias forma uma complexa tessitura que, em seu conjunto, denomina-se infra-estrutura. Nela residem as bases e dela surge a dinâmica das formações socioeconômicas que se sucedem no decorrer da história. Reside aí a *primeira e determinante instância* do vir-a-ser humano. Tal instância compreende dois níveis que podem ser analiticamente diferenciados (Marx, 1963: 4/5).

1.1 O *primeiro nível* é dado pelas *forças produtivas*. Essas englobam, de início, os elementos da natureza ou os mais próximos dela: o *espaço físico (territó-*

rio) e a *população* que o ocupa. A *dimensão territorial* se refere às condições físicas e ao enquadramento espacial da atividade humana. Ela, entretanto, não encapsula a vontade transformadora dos homens; não exhibe caráter determinístico. A ação humana - através dos processos históricos que ela mesma engendra - age, reage, se manifesta e intervém, modificando-a através do trabalho, da tecnologia, da mentalidade. A *população*, por sua vez, abrange aspectos relativos à sua composição, tais como densidade absoluta ou relativa, distribuição, aptidões biológicas e intelectuais, nível educacional, sexo e idade - entre outros elementos.

Ainda nesse nível ocorrem as relações entre o *trabalho* e o grau de desenvolvimento da *tecnologia*, já que o primeiro se potencializa através do grau de desenvolvimento do segundo. A *tecnologia* é o conjunto de objetos e meios (de caráter predominante mas não exclusivamente materiais) elaborados ou transformados pelo homem para atuar sobre o mundo natural e social. A criatividade da espécie humana cria um equipamento extracorporal, artificial e isolável que maximiza a satisfação de suas necessidades. Preliminarmente, trata-se de necessidades básicas voltadas para sua própria sobrevivência. Mas, na medida em que são satisfeitas, requerem outras mais aperfeiçoadas capazes de realizar novas e mais complexas funções que se incorporam à vida social. Sendo a tecnologia produzida *na e pela* sociedade, ela está condicionada por tudo que nela ocorre. Em contrapartida, o grau de desenvolvimento das forças produtivas relaciona-se diretamente com o grau de desenvolvimento tecnológico (Marx, 1983: 166-167).

1.2 O *segundo nível* - ainda no campo da infra-estrutura - diz respeito às *relações de produção*. Relacionam-se essas relações com o grau de *domínio humano* sobre a natureza e suas diversas modalidades. Ele, domínio, surge a partir de condições dadas e objetivas que derivam das necessidades básicas da própria existência social: produzir seus meios materiais de subsistência e, desse modo, garantir sua própria vida material. Afirmam-se e se realizam através da formação de determinadas formas de organização e divisão de trabalho. Em sociedades que atingem maior ou menor grau de desenvolvimentos, mas que já ostentam uma organização interna mais diversificada e especializada, expressam-se em estruturas de classe móveis e complexas, em modos singulares de atuação do homem capazes de gerar e administrar recursos para produzir, distribuir e consumir bens, serviços, rendas, prestígio, influência, poder. Em consequência, vários modos de exploração e dominação irrompem na história (Marx e Engels, 1999).

1.2.1 O grau de desenvolvimento e a estruturação das forças e das relações de produção, assim como as cambiantes combinações e conformações

por elas experimentadas, desnudam a trama vivida das diversas configurações socioeconômicas que se processam na história humana. Sociedades primitivas, “sociedades hidráulicas”, escravismo, feudalismo, capitalismo, socialismo, formas mistas ou aberrantes, se constituíram em modos conhecidos de organização social. Não se pode concebê-las, entretanto, como etapas ordenadas segundo séries inevitáveis. Não existe determinismo nem fórmulas mecânicas para se teorizar *a priori* a intrincada e intrigante dialética posta em marcha pelos diversificados processos da história (Marx, 1983: 5). O texto ilustra:

Uma formação social nunca desaparece antes que sejam desenvolvidas todas as forças produtivas que ela possa conter e nunca novas e superiores relações de produção tomam seu lugar antes que as condições de existência materiais surjam no interior da velha sociedade (Marx, 1983: 5).

2. Tal esquema, contudo, se mostraria incompleto sem a introdução de uma outra instância: uma superestrutura constituída pela complexa articulação, essencialmente dialética, entre dois níveis: o político-jurídico e o ideológico. O primeiro diz respeito às formas de poder, hierarquia, instituições de mando e obediência. Refere-se ao fenômeno do poder e à sua expressão institucional melhor estruturada, o Estado. O segundo dá conta da expressão simbólica que encobre tanto as relações econômicas quanto as políticas, justificando-as, racionalizando-as, codificando-as, sancionando-as e, afinal, falsificando-as. Nele se formam e se projetam as idéias, os pensamentos, os valores que dão conta da situação material em que elas são gestadas em um dado momento de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. Vale reler, nesse contexto, conhecida passagem:

O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas de consciência sociais determinadas. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é inversamente o seu ser social que determina a sua consciência (Marx, 1963: 4, tradução dos autores ELF e CST).

E mais adiante:

(...) é preciso distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção... e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas em que os homens tomam consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo (Marx, 1963).

3. A natureza e as características das ideologias se relacionam a fatores e circunstâncias que, de modo analítico e esquemático, contendo inevitável dosagem arbitrária, podem ser brevemente indicados na ordem que se segue.

3.1 Em princípio, em sentido amplo, pode-se dizer que todo pensamento, sendo datado e circunscrito ao seu ambiente histórico-social, é ideológico. O *texto* das idéias produzidas pelo homem se relaciona com o seu *contexto* vivido e construído no decorrer de seu périplo da história. Cite-se:

Os filósofos não brotam da terra como cogumelos, eles são o fruto de sua época, de seu povo, onde as energias mais sutis, mais preciosas e menos visíveis se expressam nas idéias filosóficas. O mesmo espírito que constrói os sistemas filosóficos nos cérebros dos filósofos, é (também) o que constrói as estradas de ferro com as mãos dos trabalhadores. A filosofia não é exterior ao mundo (Marx, 1963: 17, tradução dos autores ELF e CST).

Nessas circunstâncias, a natureza social do homem, e sua capacidade para criar códigos abstratos de comunicação (a língua e a linguagem), contribuem para explicar o surgimento de idéias referenciadas a objetos imperceptíveis fisicamente. Os indivíduos e/ou grupos sociais - tanto por razões de ordem física como psicofísica - não captam a realidade global. Ao contrário, tendem a parcelá-la mentalmente, construindo uma outra, abstrata e fictícia. Percebem-na, entretanto, não como se habitassem um espaço vazio, ou como se ela, realidade, fosse gerada por uma consciência abstrata. Percebem-na no âmbito da sua inserção na estrutura de classe que prevalece em uma dada sociedade ao longo de seu devir histórico. As ideologias aparecem desse modo como interpretações, transposições, representações refratadas ou invertidas da realidade (natural, histórico-social, "empírica"), extrapolando-se e se projetando sobre ela. Sendo adotadas por indivíduos e grupos, acabam por ser aceitas socialmente. Adquirem uma "consciência" real própria, externa e objetiva em relação a eles. Inspiram ações, reações, abstenções. São decisivas para a constituição e caracterização da realidade social, por um lado. Por outro, quando decodificadas, desnudam o núcleo duro dos interesses de classe. As ideologias não nascem do voluntarismo dos homens; decorrem, antes, da historicidade que envolve o surgimento do conhecimento. Confronte-se essa ordem de exposição com o trecho célebre:

Os pensamentos das classes dominantes são em todas as épocas os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que detém o poder material do-

minante da sociedade, detém também o poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material, dispõe igualmente dos meios de produção espiritual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual estão submetidos igualmente à classe dominante (Marx e Engels, 1999).

E ainda:

Com os reflexos econômicos, políticos, etc., ocorre o mesmo que com as coisas refletidas em nossos olhos: passam através de uma lente e, em consequência, aparecem invertidas, de cabeça para baixo. Falta apenas o aparelho nervoso encarregado de colocá-las na posição exata, a fim de que possamos percebê-las (Engels, 1863, *apud* Alves Filho, 1997: 96).

3.2 No sentido estrito, dividindo-se os homens em nações, comunidades, associações, grupos, classes e frações de classe, cada uma dessas categorias engendra interesses próprios, particulares e limitados, que, não raramente, levam a conflitos e antagonismos mais ou menos severos. Cada uma dessas categorias cria instrumentos de combate, letais ou não, para atender seus interesses e objetivos que exibem uma aparência de integridade e universalidade. São escolhidas ou admitidas por grupos dominantes que lhes outorgam primazia para manter a ordem vigente, ou por grupos dominados que as utilizam para se submeter ou para contestar a ordem estabelecida. Os interesses e objetivos das classes, frações de classe ou de alianças entre essas frações são elaborados, de modo mais ou menos consciente, pelos seus “intelectuais orgânicos” (para se usar a expressão famosa de Gramsci). As ideologias, aspiram à sistematicidade, coerência, generalidade. Observe-se, nesse quadro, a citação:

Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quanto mais não seja para atingir seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou exprimindo isso no plano das idéias, a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, a representá-la como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos (Marx, 1980: 75).

Liberalismo (atualmente o neoliberalismo), socialismo, comunismo, social-democracia, fascismo, nazismo (as expressões ressuscitadas na Europa atual levam alguns, inapropriadamente, a reclassificarem como “neofascismo”

e “neonazismo”) etc., devem ser tomados como exemplos matriciais da disputa ideológica contemporânea. Podem, todavia, em função da complexidade histórico-social de cada caso, apresentarem-se de forma combinada. Nesse caso, certos elementos ou categorias de uma dada matriz ideológica entram, com um grau maior ou menor de consistência interna, em intercâmbio com outros (de uma outra matriz), ao mesmo tempo em que incorporam novas noções e conceitos adequados à sua peculiar fala ideológica. Às vezes isso pode ocorrer de modo peculiar como, por exemplo, nas diversas formas do discurso populista no decorrer do século XX, onde se entrecruzam discursos que procuram compatibilizar aspectos da direita (por exemplo: submissão às lideranças personalistas) e da esquerda (por exemplo: apreço às políticas sociais distribuidoras da renda). Sobre o liberalismo assim se pronunciou Marx em um discurso pouco citado:

Para resumir: no estado atual da sociedade o que é, então, a livre troca? É a liberdade do capital. Quando se quer derrubar entraves que possam ainda reter a marcha do capital, ver-se-á que se prega a inteira liberdade de ação. Quando se permite subsistir a relação do trabalho assalariado face ao capital, a troca de mercadorias entre eles será melhor quando se realiza nas condições mais favoráveis, haverá sempre uma classe que explora e outra que será explorada. (...) Designar pelo nome de fraternidade universal a exploração no seu estágio cosmopolita, é uma idéia que só podia originar-se senão no seio da burguesia. Todos os fenômenos destrutivos que a livre concorrência faz nascer no interior de um país se reproduzem nas proporções as mais gigantescas na marcha do universo (Marx, 1848, *apud* Guterman, N. e Lefebvre, H., 1963: 227/228, tradução dos autores ELF e CST).

Decorrem dessa concepção *estrita* de ideologia - que de resto será retomada adiante com maior vigor - diversas conseqüências.

3.2.1 As ideologias, resultantes da existência social, reagem sobre ela em constante fluxo dialético. São necessárias e úteis aos diversos interesses e conflitos ao longo do perfil das estruturas de classe das diversas sociedades. Conferem significados e orientação às suas práticas. Mantêm a coesão sistêmica, permitindo e lubrificando a atividade social de maneira regular e eficiente. Promovem, por um lado, a estabilidade das sociedades e, assim, ou a sua conservação, ou a sua mudança, equilibrando-se essa última através da dinâmica acomodação e interpenetração dos interesses dominantes estabelecidos ou em

vias de se estabelecer. Por outro, servem à transformação social quando adequadas ao ideário que permite instrumentalizar a ação política das classes dominadas.

3.2.2 Produtos da *praxis* humana, as ideologias impõem valores, ditam normas, pautam condutas. Fazem parte do sistema de códigos que informam a pauta cultural e a estrutura de comunicação vigente. Podem, inversamente, atuar segundo outros interesses contrários a tal sistema, servindo para a sua modificação, gradual ou não. A ruptura pode ocorrer em situação limite, mas, mesmo nessa alternativa, linhas de continuidade relativas a esse código poderão permanecer, enquanto haverá a predominância de outras com caráter de descontinuidade. O peculiar entrelaçamento entre elas só pode ser estabelecido em cada caso pela pesquisa empírica.

3.2.3 As ideologias sobrepõem-se à consciência, a um só tempo mistificando e bloqueando, persuadindo e coagindo. Explicam e justificam a ordem vigente nas sociedades, assim como racionalizam o sistema de produção, distribuição e consumo. Conferem coesão à estrutura de classe e à sua estratificação interna. Podem, a partir de certas circunstâncias, levar ao consenso, racionalizar a legitimidade dos poderes e dar suporte à ação do Estado. A partir de outras, entretanto, podem atuar como vetores da mudança social e, no limite, de processos revolucionários. São partes integrantes das contradições sociais, mas, mascarando-as, acabam por torná-las aceitáveis. Suas motivações mais profundas e vitais podem ser rastreadas até às condições materiais de existência que condicionaram sua produção, mas, uma vez objetivadas, retornam às suas origens histórico-sociais para redirecioná-las.

3.3 Sua potência e realidade racionalizadoras confrontam-se com a realidade que pretendem captar e explicar. O êxito ocorre quando elas cumprem essas finalidades. O fracasso resulta da sua rejeição pelos agentes sociais estratégicos e pela sua incapacidade de servir a seus objetivos e conveniências. As ideologias não são eternas. Surgem a partir de certas condições históricas. Evoluem ou não a partir de outras e, quando evoluem, estão fadadas a se diluírem no decorrer da aventura humana, porquanto “tudo que é sólido se desmancha no ar”. Na seção seguinte procurar-se-á delinear, brevemente, o modo pelo qual as idéias marxistas relativas à questão da ideologia penetraram, dessa ou daquela maneira, à teoria política contemporânea.

3. Ideologia no contexto teórico contemporâneo

Conforme antecipado na introdução deste ensaio, é preciso localizar o sentido amplo e estrito de ideologia no contexto do debate teórico do século XX. Tal necessidade se explica porque as idéias marxistas relativas ao conceito, acima expostas, tiveram no século passado complexos desdobramentos. Por um lado, foram retomadas e/ou reavaliadas através de teóricos que, delas partindo, a elas conferiram notáveis refinamentos conceituais sem perder de vista, entretanto, a essencialidade do conceito em suas origens. Por outro, as formulações de Marx e Engels foram, muitas vezes, rejeitadas com vigor no mundo acadêmico do Ocidente e, quando isso não aconteceu, foram também freqüentemente interpretadas de forma alheia à integridade das idéias dos autores de *A ideologia alemã*.

Mario Stoppino propôs, com notável poder de concisão, os meandros dessa polêmica embora sem chegar a oferecer um quadro completo da questão (Stoppino, 1986: 585-597). Servirá aqui como amplo esquema referencial que permitirá o desenvolvimento da argumentação. E será convenientemente completado, assim como criticamente comentado, quando e se necessário, tendo em vista os objetivos particulares aqui perseguidos.

Nos termos de sua apresentação, onde ideologia no sentido *amplo* assume uma conotação *forte*, enquanto ideologia no sentido *estrito* assume uma outra *fraca*, Stoppino afirma que é na primeira acepção que o problema mais incisivamente penetra na reflexão política contemporânea. No par estrito/fraco situam-se as acepções de ideologia que elegem como sua principal função a orientação da ação política coletiva segundo um conjunto de idéias e valores. Por outro lado, no par amplo/forte, ele identifica na origem marxista da acepção de ideologia o centro teórico ao redor do qual gravita seu centro teórico: “a falsa consciência das relações de domínio das classes” (Stoppino, 1986: 585). A ideologia, no substancial, é, então, “crença falsa”. Sem deixar de previamente registrar que o esquema, erroneamente, deixa de reconhecer a vital influência de Marx e Engels na caracterização dos *dois* sentidos acima indicados, e não de apenas *um* (o segundo: o amplo/forte), propõe-se aqui expor o seu esquema porque ele serve para demarcar os marcos gerais das controvérsias sobre a questão, por um lado. Por outro, permite que, sendo complementado, tenha-se acesso a uma visão em conjunto da questão em pauta e adequado aos propósitos deste trabalho.

3.1 As duas acepções de ideologia no significado estrito/fraco

3.1.1 *A acepção geral* - No significado estrito/fraco é preciso distinguir-se entre a acepção *geral* e a *particular* do conceito de ideologia. Alinham-se na primeira acepção os trabalhos de Carl J. Friedrich (1963), David Easton (1965), Zbigniew K. Brzezinski (1962), R. Lane (1962), por exemplo. O primeiro propõe (*Man and His Government*) que a ideologia seja tratada como “sistema de idéias conexas com a ação”, seja de um partido ou de qualquer outra coletividade empenhada no combate político. O segundo, derivando da Teoria Geral dos Sistemas sua concepção de sistema político (*A Systems Analysis of Political Life*) entende que as ideologias referem-se às interpretações e aos princípios éticos como marcos definidores da interação política, tanto em termos de sua organização como escopo, como em termos das fronteiras que a delimitam. Classifica as ideologias em partidárias, legitimantes e comunitárias, cada uma delas sendo, na verdade, aspectos de ideologias gerais (*ideology for all*) que expressam orientações para o governo, o regime e a comunidade política. O terceiro (em *Ideology and Power in Soviet Politics*) conceitua o fenômeno ideológico como “um programa adaptado para a ação de massa, derivado de determinados assuntos doutrinários sobre natureza geral da realidade social, e que combina certos assertos sobre a inadequação do passado e/ou do presente com certas tendências explícitas de ação para melhorar a situação e certas noções sobre o estado final e desejado das coisas”. O último (*Political Ideology*), sublinhando a necessidade de se conferir aos estudos sobre o assunto caráter sistemático e coerente, utilizando para isso questionários baseados em amostras previamente determinadas, assim como longas conversações com um certo número de entrevistados, procurou estudar as crenças políticas da população, notadamente a norte-americana. Lane e outros chegaram à conclusão de que os caracteres da sistematização e da coerência das crenças da elite política se contrapõem ao caráter fragmentário e incoerente das pessoas comuns. Pesquisas mais recentes têm insistido, entretanto, na correção/atenuação dessa contraposição (Stoppino, 1986: 587).

3.1.2 *A acepção particular* - Na *segunda acepção* do par estrito/fraco, *noção particular* de ideologia, alinham-se, entre outros, os trabalhos de Edward Shils (1958 e 1968), Giovanni Sartori (1969) e Robert Putnam (1973). Todos eles estabelecem, em geral, uma contraposição entre “ideológico” e “pragmático” ou outro conceito análogo. Shils, desse modo, opõe “política ideológica” à “política civil”. A primeira, no seu trabalho de 1958, se caracteriza:

(...) por uma preeminência férrea de um sistema geral e coerente de princípios, por uma perspectiva totalizante, pela obsessão do futuro, por uma visão dicotômica amigo-inimigo, pela hostilidade para com os compromissos, por uma tendência extremista, e ainda por outras mais (Stoppino, 1986: 588).

Revisitando seu trabalho dez anos depois, ele identificou as “ideologias, entre todas as variantes de sistemas gerais de interpretações e de idéias morais concernentes ao homem e à sociedade, tendo como base um conjunto de nove traços característicos” (Stoppino, 1986: 588). Sua conclusão é que as ideologias não exibem, necessariamente, uma natureza política. Terá sido somente a partir do século XV que elas se tornaram decisivamente políticas, passando a ser, no século seguinte, predominantes. Surgindo em épocas de crise, quando a visão dominante do mundo não dá conta das necessidades criadas pelos novos tempos, as ideologias são respostas às novas e emergentes demandas sociais. Requerem, então, dos seus próprios seguidores “uma transformação geral da sociedade ou o seu afastamento dela” (Stoppino, 1986: 588).

Sartori, empregando a polarização ideológico/pragmático, propõe uma dupla dimensão dos sistemas de crenças políticas: a cognitiva e a emotiva. A primeira diz respeito ao caráter dogmático (“rígido, impenetrável, impermeável”) e doutrinário onde predomina os princípios e a argumentação dedutiva. A segunda se refere ao caráter passional que aciona a paixão ativista dos militantes. Os sistemas pragmáticos opõem-se aos ideológicos: são, no plano cognitivo, antidogmáticos e antidoutrinários e, no plano emotivo, mais ou menos “passionais”. A contraposição entre dois sistemas ideológicos tende a radicalizar: passionalizando a arena política; o inverso acontece onde predominam os pragmáticos. As ideologias são, então, instrumentos de mobilização e manipulação das massas em quaisquer dos dois sistemas, embora seja diferente a natureza do enfrentamento político em uma e em outra situação (Stoppino, 1986: 588-589).

Putnam (*The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict and Democracy in Britain and Italy, 1973*) criou o conceito de “estilo ideológico” que se caracteriza “pelo raciocínio dedutivo, fundado pelos princípios gerais, que sublinha a importância das idéias e comporta uma visão utópica do futuro” (Putnam, 1973: 89, *apud* Stoppino, 1986: 588-589). Comparando as crenças políticas de italianos e ingleses, ambos qualificados como grupos “políticos”, e tendo em vista uma amostra previamente selecionada, procurou saber se é possível correlacionar estilo ideológico e certos comportamentos políticos. Levando em conta que,

de acordo com as definições de Shils e Sartori, aqueles comportamentos “são muitas vezes associados à política ideológica, Putnam chegou “a resultados algumas vezes positivos e outras vezes negativos” (Stoppino, 1986: 588-589).

3.1.3 *Variante da acepção particular: fim ou declínio das ideologias* - O debate relativo ao fim ou ao declínio das ideologias enquadra-se no contexto teórico onde se formulam as idéias relativas à *acepção particular de ideologia no sentido estrito/fraco*. Liga-se a certas conotações dessa acepção (dogmatismo/doutrinarismo/passionalismo/radicalismo/extremismo), em geral negativamente avaliadas. Consubstanciam-se essas interpretações em controvérsias surgidas em meados dos anos cinqüenta, suscitadas por teses que, refletindo o clima de opiniões da época (forte desenvolvimento econômico do Ocidente, degelo soviético, crescente desilusão a propósito das possibilidades de uma afirmação do comunismo nos países industrializados), apoiavam-se em uma ou em ambas das seguintes proposições:

- a) nos últimos vinte anos houvera uma relativa atenuação do extremismo com que se tinham manifestado os fins e os objetivos ideológicos;
- b) tinha havido uma desaceleração relativa da intensidade emotiva com a qual aqueles fins e aqueles objetivos eram perseguidos (Stoppino, 1986: 588-589).

A difusão dessas teses ganhou particular alento a partir de famoso seminário internacional realizado em Milão em 1955. Entre esta data e 1960 foram publicadas as propostas “clássicas”: Raymond Aron (*L'Oppium des Intellectuels*, 1955), Daniel Bell (*The End of Ideology*, 1960), Martin Seymour Lipset (1960), Edward Shils (*The Concept and Function of Ideology*, 1968). Na década seguinte elas foram polemizadas – atenuadas, relativizadas, contestadas - por uma série de cientistas sociais com bastante prestígio acadêmico: Meynaud, La Palombara, Horowitz, Mills, entre outros. Duas antologias contiveram, no essencial, as contribuições desses autores sobre o tema (Waxman, 1969 e Rejai, 1971).

Talvez tenha sido Lipset quem melhor sintetizou as posições, tanto no que diz respeito às conclusões de caráter teórico como as de generalização empírica, dos fautores das teses relativas ao fim das ideologias. Ele assim estabeleceu os contornos da temática ao enquadrá-la no panorama geral do estágio de desenvolvimento atingido naquela época sob a égide capitalista:

Esta transformação da vida ocidental é devida aos fatos de que os problemas políticos fundamentais colocados pela Revolução Industrial foram resolvidos: os trabalhadores obtiveram um reconhecimento de seus

direitos econômicos e políticos; os conservadores aceitaram o Estado do bem-estar; e a esquerda democrática reconheceu que um aumento imediato dos poderes do estado, em vez de conduzir à solução dos problemas econômicos, comporta uma séria ameaça para a liberdade (*apud* Stoppino, 1986: 589-590).

No contracampo dessas opiniões as muitas críticas que a elas se fizeram foram agrupadas em torno de quatro linhas principais. O par inicial as refutavam no plano científico ou cognoscitivo, isto é, sua verdade ou falsidade. O par seguinte às interpelavam em termos valorativos ou diretivos. Assim, elas foram resumidas pelo analista:

A primeira crítica sustenta que a tese é fatualmente falsa: não é verdade que as ideologias e os contrastes ideológicos acabaram ou estão acabando do momento em que, também no sistema americano, explodiram os problemas raciais e de pobreza e surgiram uma nova direita e uma nova esquerda. A segunda crítica sustenta que a tese é uma interpretação de um fenômeno real, no sentido que descreve como declínio das ideologias o que é simplesmente um deslocamento das áreas de conflito ideológico... A terceira crítica defende que a tese do “declínio das ideologias” é ela própria uma ideologia: uma ideologia moderada, fundada sobre uma avaliação positiva da política pragmática, dos compromissos do Estado do bem-estar social e assim por diante, e, por isso, fundamentalmente favorável ao *status quo*. A quarta crítica, finalmente, sustenta que a tese é um ataque contra a visão política geral e contra os ideais humanos e éticos que não seriam mais importantes (Stoppino, 1986: 589-590).

Não será o caso aqui de esmiuçar, pela decomposição e pela análise pormenorizada, cada uma dessas teses e contra-teses o que, de resto estaria longe dos propósitos imediatos deste trabalho. As diversas ramificações experimentadas pela questão teórica relativa à ideologia neste século permitem, pelo menos aproximadamente, estabelecer certos marcos comparativos que permitirá fixar, posteriormente, a noção de ideologia conforme aqui dela se quer aproximar. No entanto, é preciso registrar que a tese relativa ao fim da ideologia, de forma ainda mais incisiva, foi retomada nos anos 80, por Fukuyama, ganhando grande repercussão internacional que, inclusive, se projetou na década seguinte. Baseando-se, de modo até certo ponto surpreenden-

te em Hegel (1770/1731), o cientista social nipo-americano desenvolveu sua argumentação no bojo de um processo histórico bastante alterado em relação ao que acontecia nos anos cinquenta e sessenta. Se nessa época o capitalismo passava de uma fase de crise pós-guerra para uma outra em que ele se reorganizava, nos anos oitenta a afirmação dos Estados Unidos como expressão hegemônica de uma nova ordem baseada no grande consenso internacional em torno do seu poder (e que se tornaria irrefreável a partir da queda do muro de Berlim em 1989 e da implosão soviética em 1991), tal tendência consolidou-se em termos fáticos. E foi nesse contexto que ele asseverou:

Talvez o que estamos testemunhando não seja exatamente a passagem de um período determinado da história do pós-guerra mas o *ponto final da evolução ideológica da humanidade e o surgimento da democracia liberal como forma definitiva de governo humano* (Fukuyama, 1989: 6, grifos dos autores).

Mais uma vez é preciso realçar que não se pretende, por enquanto, discutir aqui a validade ou não dessa posição e de outras similares, seja a partir de uma discussão mais eminentemente conceitual, seja à luz da própria realidade empírica que serve como seu embasamento. O importante é considerá-la no *conjunto* das concepções aqui vistoriadas a fim de que elas possam ser devidamente, embora de maneira sumárias, submetidas à necessária avaliação.

Por ora, entretanto, é preciso dar seqüência ao esquema em pauta.

3.2 Ideologia no sentido amplo/forte

Na teoria marxista-engelsiana as ideologias eram, no fundamental, idéias e teorias que se caracterizavam: a) por serem determinadas pelas relações de classe que se projetavam na esfera ideológica como expressão da dominação dos interesses das classes dominantes; b) tais idéias e teorias, como reflexo dessas relações, resultavam em uma falsa consciência. Assinalando que na evolução do conceito se esvaneceram as conexões ente ideologia e poder (com exceção do polêmico campo dos embates políticos), Stoppino propõe que o destino do conceito se centrou em aspectos constitutivos da formulação originária, o caráter da falsidade da consciência e de sua determinação social. Disso resultaram duas seqüências:

De uma parte manteve-se e se generalizou o princípio da determinação social do conhecimento, com o resultado de perder de vista o requisito da falsidade: a ideologia se dissolveu no conceito geral da sociologia do

conhecimento. De outra parte manteve-se, generalizou-se e reinterpretou-se o requisito da falsidade, com o resultado de perder de vista a determinação social da ideologia: o ponto de chegada, neste caso, é a crítica neopositivista da ideologia (Stoppino, 1986: 585).

Tendo em vista a primeira alternativa, a grande guinada se deu com Karl Mannheim. Na sua obra mais conhecida, *Ideologia e utopia* (1929), a interpretação original marxista relativa à origem social da ideologia se dilui (na sua compreensão, as relações de dominação perdem o seu caráter). Por outro lado, nela a noção de ideologia adquire um amplo significado, a atenção teórica se concentrando na determinação social do pensamento de todos os grupos sociais. Com essa revolução copernicana, na expressão de Merton, instituiu intelectualmente as bases de uma nova disciplina, a Sociologia do Conhecimento, ao preço de uma brutal relativização, já que colocou “no mesmo plano todas as crenças... todas as visões do mundo das diversas sociedades, classes, igrejas, seitas, etc.” (Stoppino, 1986: 586). Com isso, ignorou as raízes marxistas do conceito, castrando seu potencial explicativo no campo dos enfrentamentos políticos.

No plano da segunda alternativa a inflexão se deu na obra de Vilfredo Pareto. Em seu *Tratado de sociologia geral* (1916) deslocou, como observa Bobbio, para a consciência individual o que, originariamente, em Marx, era resultado de uma determinada forma de sociedade. O objetivo do estudioso italiano era construir uma crítica tão minuciosa quanto possível da falsidade e dos tipos particulares de falsidade tendo em vista as teorias sociais e políticas. Abriu caminho para as críticas de matiz neopositivista onde a ideologia designava “as deformações que os sentimentos e as orientações práticas de uma pessoa operam nas suas crenças travestindo os juízos de valor sob a forma simbólica das asserções de fato”. Manteve Pareto, assim, a falsidade como requisito nuclear da noção de ideologia, dando as costas para as questões relativas à gênese social das ideologias. Na Ciência Política contemporânea o sentido amplo de ideologia foi, através da via neopositivista, perdendo terreno, ao mesmo tempo em que tal sentido ganhava importância e espaços teóricos cada vez maiores no âmbito da Sociologia do Conhecimento, emasculando sua utilidade para a análise concreta da vida política. Giovanni Sartori com clareza se expressou sobre isso:

As discussões sobre a ideologia caem geralmente em dois grandes setores: a *Ideologia no conhecimento* e/ou a *Ideologia na política*. No que se refere à primeira área de indagação, o problema é se o conhecimento do homem

é condicionado ou distorcido ideologicamente e em que grau o pode ser. Quanto à segunda área de indagação, o problema é se a Ideologia é um aspecto essencial da política e, uma vez concluído que o seja, o que ela é e como pode ser explicada. No primeiro caso, a Ideologia é contraposta à *verdade*, à ciência e ao conhecimento válido, em geral. No segundo caso, o que importa não é o valor da verdade, mas por assim dizer, o valor funcional da Ideologia (Sartori, 1969, *apud* Stoppino, 1986: 586).

A separação que Sartori faz entre “falsidade” e “função social” da ideologia não foram distinções que se encontravam nas formulações originárias de Marx; ao contrário eram aspectos ou dimensões do conceito de ideologia que se encontram intimamente interligados. Ocultando ou dissimulando os conflitos das relações de domínio, a falsa consciência tende a favorecer a aceitação ou conveniência da situação de poder assim como a coesão/integração que é tanto política quanto social, por um lado. Por outro, a crença ideológica, sendo falsa consciência, não se constituía em base independente de poder; não só sua eficácia, como também sua estabilidade, estava condicionada, em última análise, pelas relações de produção. Argumenta Stoppino que, se assim for, essas considerações permitem conferir ao conceito um significado descritivo e empírico, antes do que meta-empírico e/ou de teor meramente controverso. O conceito amplo/forte de ideologia torna-se importante para ele na medida em que permite o estudo científico do poder e, desse modo, da vida política. O exame da índole ideológica de uma dada crença política permitiria levar a conclusões importantes sobre “as relações de poder a que a crença se refere”, v.g., sua estabilidade ou conflitualidade (Stoppino, 1986: 586).

O esquema do comentarista, tendo ainda em vista o sentido *amplo/forte* do conceito, prossegue tomando três direções. A primeira examina a falsidade da *ideologia como falsa representação*; a segunda como *falsa apresentação*, enquanto a terceira, pretendendo objetivar conclusões, a inspeciona como *falsa motivação*. A direção inicial visa reformular a conceituação marxista de ideologia pretendendo torná-la empiricamente verificável. Nesse caso os problemas mais difíceis são os que se referem à gênese, à estrutura e à função social da ideologia, alguns tendo sido resolvido em parte, outros não (Stoppino, 1986: 591). A seguinte toma o rumo neopositivista, atribuindo “o caráter de ‘falsidade’ a certos juízos de valor”. Nas palavras dele: “O caráter ideológico de uma proposição não está na sua falta de correspondência aos fatos [...] ela (proposição) não ‘representa’ a realidade e por conseqüência não é, deste ponto de vista, nem verdadeira, nem falsa [...] sua ‘falsidade’ é compreendida como uma *falsa*

apresentação” (Stoppino, 1986: 593). A derradeira direção pretende buscar resposta para se saber se os juízos de valor se constituem em falsa consciência e, ainda, de que maneira “um mesmo tipo de falsidade pode ser predicado tanto de juízos de valor como de asserções de realidade” (Stoppino, 1986: 595).

À luz dessas considerações o autor procura estabelecer seu próprio posicionamento: cortar amarras com a perspectiva marxista de modo que se possa, pelo menos em princípio, trabalhar empiricamente a questão da “falsidade ideológica das crenças políticas”. Ou nos seus próprios dizeres:

Uma vez cortados os laços com a filosofia marxista da história, a identificação da falsa consciência não se funda mais sobre a posição prática privilegiada de uma classe social, mas sobre os métodos de averiguação e de controle da ciência, empregados para investigar a possível divergência entre as condições determinantes e as forças motivantes reais do poder e a forma que as mesmas assumem nas descrições e nas prescrições da crença política (Stoppino, 1986: 597).

4. O debate sobre o conceito: potencial explicativo, rumos e alternativas

É preciso considerar dois conjuntos de anotações.

Primeiro conjunto. O esquema de Stoppino apresenta, pelo menos, duas lacunas teóricas e, do ponto de vista da perspectiva que orienta este trabalho, também outras duas inconsistências teóricas. A primeira lacuna diz respeito à omissão relativa ao conceito de ideologia que deriva, no sentido estrito/fraco, dos estudos sociolinguísticos. A segunda resulta da ausência no seu texto da contribuição pós-marxista em relação ao conceito de ideologia, tal como ela se verificou no decorrer do último século, tanto na acepção estrita/fraca, quanto na ampla/forte. A inconsistência inicial se refere à tentativa de compatibilizar asserções de origem marxista com outra de origem neopositivista. A inconsistência seguinte prende-se ao corte teórico, de cunho analítico, entre os dois sentidos acima aludidos quando, na postulação marxista-engelsiana, eles foram formulados de um ponto de vista metodológico: a dialética. Tais restrições, entretanto, não servem para neutralizar a validade de seu esquema dentro dos objetivos e limites aqui postulados. O esforço de Stoppino, com o respaldo da “opinião de autoridade” que é dada por Bobbio, permite estabelecer as principais ramificações que o conceito experimentou após Marx e Engels. E, assim, desenhando seu “mapa ideológico”, mostrou-se útil para a identificação dos marcos da questão com o objetivo de neles se localizar.

Quanto à contribuição que se nutre dos estudos sociolinguísticos, o autor não faz referência aos sistemas simbólicos e a sua utilização prática que oferecem, desde pelo menos a década de sessenta do último século, “a possibilidade de analisar a organização das unidades de significado e a sua maneira de inserção nas condutas” (Ansart, 1978: 69). Ignora, portanto, e por exemplo, a notável contribuição de Eliseo Verón. Esse autor, em um contexto teórico de inspiração marxista, foi profundamente influenciado, pelas investigações nos campos da linguística, da ciência da comunicação, da teoria da informação da cibernética, da psicolinguística e da antropologia estrutural (Verón, 1973). Voltada, principalmente, para o exame das ideologias ao nível de sua manifestação concreta, sua obra tem procurado desenvolver elaborada e original moldura teórica.⁵

Segundo conjunto. Pode-se iniciar com uma pergunta que retoma a chamada “polêmica Poulantzas x Miliband” tendo-se em vista, por exemplo, o caso dos meios de comunicação: eles (os meios de comunicação) pertencem aos chamados “aparelhos ideológicos do Estado” (como querem Althusser e Poulantzas) ou (como quer Miliband) às “instituições do sistema político”, isto é, o Estado mais as instituições que o compõem? A primeira compreensão advém de uma interpretação ampla do conceito de “sistema estatal”. Tal sistema, nessa abordagem, se compõe de dois aparatos distintos mas organicamente interligados, o aparato repressivo (o sistema policial, as forças armadas, etc.) e o ideológico (as igrejas, as escolas, os órgãos de comunicação, etc.). Neste entendimento a distinção entre público e privado é visto como meramente formal, resultado de uma ideologia que separa um plano do outro mas que, fazendo parte de uma só realidade, são constituídas por uma mesma substância. É que se concebem ambos os planos como sendo controlados por uma categoria teórica que os confere indistinta coesão e unidade no que diz respeito à própria essência do Estado, a classe dominante (Poulantzas, 1973: 250-253). A segunda compreensão propõe, ao contrário, uma diferenciação, nas democracias burguesas, entre os aparatos que são próprios do Estado e os que não são, situando-os no âmbito geral do sistema político (Miliband, 1973: 261-262). Pode-se adiantar que a proposta de ideologia que aqui se persegue está mais de acordo com a segunda aceção do que com a primeira. Porém, antes de afirmá-la mais decisivamente, é conveniente elaborar melhor alguns pontos considerados importantes.

4.1 Em busca de alguns elementos do conceito: os avanços depois das formulações marxistas-engelsianas

No que diz respeito aos estudos pós-marxistas sobre o conceito de ideologia, como já se chamou atenção acima, Stoppino simplesmente nem sequer os indica em seu esquema. Desse modo, e somente para exemplificar, os trabalhos de Lukács, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Miliband (esses últimos indicados acima), entre outros, - tão importantes para o estudo e a compreensão do tema, - não foram considerados. É preciso fazê-lo, mesmo que *breve e simplificada*mente. Procedendo-se dessa maneira completa-se um pouco mais, a um só tempo, não só o esquema de Stoppino, como também melhor se enca-minha, em consonância com os objetivos desta pesquisa, a definição de ideologia que aqui se busca firmar. É preciso, então, fazer-se algumas anotações consideradas relevantes nesse sentido.

Antonio Gramsci, nos seus *Cuaderni del carcere*, estabeleceu singulares considerações sobre a questão da ideologia e a uma outra que, embora distinta, com ela se articula: a questão da hegemonia. Antes dele outros marxistas (Bukharin, Lênin, Stalin entre outros) já haviam a ela se referido. Em geral, entendiam-na através de uma equiparação ou, conforme o autor, uma aproximação, com o conceito de *domínio*. Realçavam, na hegemonia, os aspectos relativos mais à coação do que à persuasão, mais à submissão do que à aceitação, mais à força do que ao consenso. Em suma, enfatizavam mais a importância da dimensão política do que da intelectual, cultural e moral. O teórico italiano, ao contrário, propôs uma inversão. A hegemonia passou a ser entendida, antes de tudo, como a capacidade da classe dominante (ou daquela que aspira ser dominante) tornar-se classe dirigente, manobrando para obter a adesão da maioria da sociedade diante dos objetivos que, segundo essa ou aquela, precisam ser alcançados. Em uma sociedade de classes, domínio e hegemonia acham-se indissolavelmente interligados, alimentando-se um da outra em espiral dialética. São, contudo, do ponto de vista analítico, dissociáveis. O domínio dessas atua ao nível da sociedade política: se expressa pela coerção; a hegemonia mostra sua presença no plano da sociedade civil: emprega a persuasão. Os dois mecanismos (os coercitivos e os hegemônicos) são essenciais à vida de todo e qualquer Estado; variam, todavia, em função do grau de desenvolvimento da sociedade civil. No Ocidente capitalista, industrializado e de alta mobilização (Gramsci se referia principalmente à Europa de seu tempo), o papel da atividade hegemônica tornava-se crucial porque ela fez vingar uma dada forma de pensar (a hegemonia é intelectual), de se conduzir segundo certas normas e

“códigos” (a hegemonia é cultural) e de se apresentar e racionalizar os próprios valores que justificam a “vida social” (a hegemonia é moral). Segundo essa linha de raciocínio, foi possível fazer uma distinção imediata entre os conceitos de ideologia e hegemonia. Qual essa distinção? A distinção reside na capacidade de a ideologia poder ser imposta pela força para se fazer prevalecer, enquanto que o conceito de hegemonia na versão gramsciana, embora abranja a coerção e o consentimento, define-se pela primazia essencial do segundo aspecto (a aceitação, o consentimento), tal como, com propriedade, esclareceu Terry Eagleton (1996: 193-194).

Louis Althusser desenvolveu conhecida (e polêmica!) versão do conceito de ideologia no seu célebre trabalho *Aparelhos ideológicos de Estado*. Nele, indo-se logo ao ponto que mais aqui interessa, estabelece a distinção entre os “aparelhos repressivos” e os “aparelhos ideológicos” (os chamados “AIEs”). Os primeiros, necessariamente centralizados, atuam, de modo principal, através de meios coercitivos (o que não quer dizer que não usem da ideologia); e os segundos atuam, necessariamente *descentralizados*, também de modo *principal*, através da ideologia (o que não quer dizer que não usem da repressão). O uso da repressão - como característica essencial - indica que o primeiro funciona através da violência, “ao menos em situações limites, pois a repressão administrativa, por exemplo, pode revestir-se de formas não físicas”. Já o segundo, que não é inteiramente visível, desempenha - igualmente como característica essencial - suas atividades através de “instituições distintas e especializadas”, entre elas (em um total de oito) o “Aie” de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.). Althusser está ciente da objeção que pode ser feita: isto é, como propor que os AIEs sejam concebidos como instituições do Estado já que eles “em sua maioria não possuem estatuto público” e que, portanto, “são simplesmente instituições privadas”? Recorrendo a Gramsci, o filósofo francês redargüe propondo que a distinção entre “público” e “privado” é uma diferenciação operada pelo “direito burguês” (Althusser, 1980: 60-63):

O domínio do Estado lhe escapa pois está “além do direito”. O Estado, que é o Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, ele é, ao contrário, a condição de toda a distinção entre o público e o privado. Digamos a mesma coisa partindo dos nossos aparelhos ideológicos do Estado. Pouco importa se as instituições que os constituem sejam “públicas” ou “privadas”. O que importa é o seu funcionamento. Instituições privadas podem perfeitamente “funcionar” como aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1980: 63).

Indo adiante, chama a atenção para a relativa autonomia desses aparelhos e da sua “função como cimento” da ordem social. A primeira advertência teórica se refere à recusa de aceitar fórmulas mecanicistas (que inspiraram no século passado inúmeros estudos de corte determinístico, alheios, portanto, às concepções originais de Marx e Engels). Em consequência concebe 1. os AIEs como dotados de uma dada “autonomia relativa” (a ideologia não é apenas “reflexo” das condições materiais de existência mas vai resultando das complexas relações entre a infra-estrutura e a superestrutura); e 2. os compreende como exercendo uma função harmonizadora da ordem social. Nos seus próprios dizeres:

(...) devemos dar à ideologia um lugar muito particular: para compreender sua eficácia é necessário situá-la na superestrutura e dar-lhe uma autonomia relativa em relação ao direito e ao Estado. Porém, ao mesmo tempo, para compreender sua forma de presença mais geral, há de se considerar que a ideologia se introduz em todas as partes do edifício e que constitui esse cimento de natureza particular que assegura o ajuste e a coesão dos homens em seus papéis, em suas funções e em suas relações sociais (Althusser, 1972: 50, tradução dos autores ELF e CST).

A ideologia, “harmonizando tensamente” as contradições sociais, e passando toda a sociedade, serve como mediadora dos conflitos e, desse modo, assegura sua coesão. Poulantzas, na mesma época (1968), embora com argumentação própria e distinta da de Althusser, nesse aspecto caminha no mesmo horizonte de idéias:

Este é sem dúvida o sentido mais profundo da ambígua metáfora de “cimento” que Gramsci emprega para designar a função social da ideologia. A ideologia, percorrendo todos os pavimentos do edifício social, tem uma função particular de coesão, estabelecendo, no nível do vivido dos agentes, relações evidentes/falsas, que permitem o funcionamento de suas atividades práticas – a divisão do trabalho, etc – na unidade de uma formação (Poulantzas, 1970: 265, tradução dos autores ELF e CST).

Posteriormente, em famosa controvérsia com Miliband sobre o seu livro *The State in Capitalist Society*, reafirma seus argumentos principais e insiste na unidade dos aparelhos do Estado: um tem função eminentemente repressiva e os outros claramente ideológicas. Insiste na *singularidade* do primeiro, atri-

buindo-a à rigorosa unidade interna “a qual diretamente governa a relação entre as diversas ramificações do aparato” (Poulantzas, 1973: 251); e na *pluralidade* dos ideológicos porque:

Enquanto o aparato ideológico do Estado através de suas principais funções – internalização e transmissão ideológica – possui maior e mais importante autonomia: suas interconexões e relações com o aparato do Estado aparecem, através das relações que mantêm com as mútuas conexões das ramificações do aparato repressivo do Estado, investidas de maior independência (Poulantzas, 1973:251, tradução dos autores ELF e CST).

Identifica-se, por outro lado, ainda mais com a posição althusseriana, não aceitando, nas sociedades onde tem vigência o direito burguês, a distinção entre direito público e privado, já que ambos são aspectos formais de uma mesma realidade: o direito da classe dominante. Tal direito é que os unifica, a eles conferindo sentido político e ideológico. A distinção é meramente jurídica no direito burguês e, por conseguinte, de caráter ideológico, o que não altera fundamentalmente a explicação do problema (Poulantzas, 1973:251).

A réplica de Miliband confirma não só as teses de seu trabalho em pauta, como lhe permite, de maneira clara e sintética, elaborar melhor seus argumentos. No principal, mantém sua posição: nas sociedades burguesas os aparelhos ideológicos não são parte do Estado mas do sistema político. Concorde, por certo, que tais aparelhos passam por um processo de estatização, e que tal processo deve se fortalecer, tendo em vista as constantes crises do capitalismo avançado, assumindo cada vez mais funções doutrinadoras e mistificadoras. Mas não aceita que os aparatos ideológicos sejam um segmento do sistema estatal porque tal compreensão não corresponde à realidade. Ainda segundo ele, tal proposição obscurece o fato de que não se pode igualar os sistemas políticos dessas democracias burguesas com outros sistemas caracterizados pelo monopólio estatal do poder.

4.2 O conceito de ideologia: notas preliminares para posteriores estudos

Desenhada nos seus contornos gerais a questão da ideologia, pretende-se, agora, chamar a atenção para o seguinte:

a) o caráter amplo e estrito das ideologias são indissociáveis. No sentido amplo, pode-se retomar a metáfora de Marx, já citada, segundo a qual os filó-

sofos não brotam da terra como cogumelos. Eles, ao contrário, são frutos de sua época e de seu povo, nos quais as energias mais sutis e preciosas e menos visíveis se expressam nas idéias filosóficas. Quer isso dizer que o *texto* dos filósofos está indissolúvelmente relacionado ao seu *contexto* histórico-social e que a filosofia (o pensamento) não é exterior ao mundo em que ela (filosofia) e ele (pensamento) se faz (em). Esse mundo, por sua vez, organiza-se a partir das condições materiais de existência do modo por ele proposto. No sentido estrito, uma ideologia como o liberalismo não poderia ser pensada fora das circunstâncias reais que permitiram sua produção. Se tal ideologia expressou no seu nascedouro interesses concretos de classe, ela também esteve dialeticamente conectada ao espírito de seu tempo de uma maneira geral. Uma (a ideologia estrita) não poderia estar alheia às condições objetivas da outra (a ideologia ampla), já que ambas estiveram organicamente enraizadas no seu tempo histórico. As ideologias ampla e estrita são apenas *formas* distintas de uma mesma substância: a expressão dos interesses da classe dominante. Logo, ideologias estrita e ampla são apenas ideologia;

b) a ideologia, em sociedades burguesas como a brasileira, não é parte do sistema estatal, mas parte do sistema político como um todo. Ela expressa os interesses da classe dominante e, na medida, em que mais diferenciado e especializado é o sistema produtivo, tal complexidade se reflete na estrutura de classe e frações de classe. E, portanto, quanto mais ampla e complexa é aquela estrutura social, mais amplo e complexo é o campo possível de alianças entre as classes e suas frações. A ideologia não implica, pelo menos em princípio, em domínio imediato do controle político; *não* é hegemonia, porquanto esta entrecruza o domínio com a busca do consentimento espontâneo dos dominados. Mas é, desse modo, imprescindível instrumento do mando hegemônico. Não existe hegemonia sem ideologia, e vice-versa;

c) a ideologia expressa “formas de consciência social” que, embora falsificando/ocultando a realidade, repercutem os interesse da classe dominante, permitindo a existência de práticas e representações da realidade que penetram e modelam as consciências, tanto dos indivíduos quanto dos diversos estratos da estrutura de classe. O “modo de pensar dominante” irradia-se, em princípio, de cima para baixo; todavia absorve, até para se legitimar, os movimentos em sentido contrário, adaptando-os, por sua vez, à sua “visão do mundo”. Podem ocorrer várias formas de ideologia que expressam o grau de variedade de pensar da classe dominante. Todavia – e ainda – os valores e as unidades básicos do pensamento dominante não se alteram: a propriedade privada dos bens de produção e a supremacia do indivíduo face a coletividade, por exemplo;

d) a ideologia confere coesão à ordem social, “cimenta” a ordem social prevalecente. Perpassando a estrutura de classe, propicia que os “interesses particulares” das classes dominantes sejam propostos como “interesses gerais” da sociedade. Determinada em última instância pelas condições materiais de existência (seu “limite teórico” sendo dado pela manutenção da privatização dos bens de produção), exhibe, entretanto, grau relativo de autonomia. Pode reagir sobre tais condições, modificando suas configurações, mas não alterando, em derradeira análise, sua substância material. As instituições políticas, e suas justificativas ideológicas, vêm se modificando na Inglaterra desde o século XVIII; mas não a *essência* capitalista da ordem econômica.

O pensamento vigente em uma sociedade em um dado tempo e uma dada época é a materialização do espírito das idéias dominantes. Mas o grau de complexidade aumenta quando se rebate a questão para o plano das sociedades globais *on line*. E é nessa direção que a reflexão teórica baseada nestes apontamentos pretende caminhar.

*Eurico de Lima Figueiredo e Carlos Sávio Teixeira
são Professores da Universidade Federal Fluminense*

Notas

1. Este ensaio resulta de uma série de investigações teóricas e práticas que os autores têm conduzido em conjunto desde 1995 quando obtiveram bolsa da FAPERJ para fazer pesquisa sobre o tema “Mídia impressa e escolha eleitoral: o pleito presidencial de 1994” e que, posteriormente, levaram à tese de Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação no Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense de Carlos Sávio Teixeira sob o título “Imprensa e poder: as eleições presidenciais de 1994 e 1998”.

2. “Outro dado comparativo da distribuição regressiva da riqueza criada no mundo é a relação entre o montante necessário para garantir ensino básico para todos no planeta – 6 bilhões de dólares ao ano – e o que os norte-americanos gastam em cosméticos anualmente – 8 bilhões de dólares. Ou o montante necessário para garantir água e saneamento básico para todos – 9 bilhões de dólares anuais – e o consumo anual de sorvete na Europa – 11 bilhões. A saúde reprodutiva para todas as mulheres pode ser garantida mundialmente com 12 bilhões de dólares anuais, enquanto somente em perfume gasta-se isso, por ano, nos EUA e na Europa. A saúde e a nutrição básicas para todos no mundo requerem 13 bilhões de dólares ao ano, menos do que os 17 bilhões consumidos nos EUA e na Europa com alimentos para animais domésticos” (Sader, 2000: 82).

3. *Os Manuscritos* foram escritos por Marx na França e somente foram publicados, em 1932, em Moscou, pelo Instituto Marxista-Leninista. Para uma respeitada apresentação da obra ver Bottigelli, 1969: 7/69.
4. O conceito de totalidade na obra marxista opõe a totalidade dialética à totalidade funcionalista, a perspectiva histórica à perspectiva sistemática, porquanto procura situar-se entre “o a-historicismo da economia clássica e o cego historicismo daqueles que tomam cada comunidade como uma unidade privilegiada” (Giannotti, 1965: 105). Nesse texto o filósofo paulista investe contra a incursão metodológica empreendida por Celso Furtado em seu livro *A dialética do desenvolvimento*. Assim procedendo estabeleceu importante preliminar relativa ao conceito de totalidade. Marx, explicitamente, trata da questão nos *Grundrisse*, entre outros momentos de sua construção teórica.
5. Um dos trabalhos inspirados na concepção de Verón em relação ao conceito de ideologia, onde se encontra um resumo de seu *constructo* teórico realizado nas décadas de sessenta e setenta, está em Figueiredo, 1980: 39/48.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. *Posições – 2*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- ALVES FILHO, Aluizio. *Um estudo comparativo sobre a identidade da América Latina nos jornais A Folha de São Paulo e o Clarín, de Buenos Aires*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de Doutorado), 1997.
- ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora da UNB, 1980.
- BARTH, Hans. *Verdad e ideología*. México: Fondo de Cultura Económica, 1951.
- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília: Editora da UNB, 1980.
- BOTTIGELLI, Emile. *Présentation*. In: MARX, Karl. *Manuscrits de 1844*. Paris: Editions sociales, 1969.
- BOTTOMORE, T. B. *Introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- CERRONI, Umberto. *Política – Métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições, categorias*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- DREIFUSS, René. *A época das perplexidades*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- EAGLETON, Terry. A ideologia e as vicissitudes do marxismo Ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- FERNANDES, Luis. *O enigma do socialismo real*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.
- FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os militares e a democracia*. Rio de Janeiro, 1980.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GIANNOTTI, José A. A propósito de uma incursão na dialética. *Civilização Brasileira*, Ano I (3), 1965.
- LANE, Robert. *Political Ideology*. New York: Free Press, 1962.
- LESSA, Sérgio. Lukács: direito e política. In: LESSA, Sérgio & PINASSI, Maria

Orlanda (Orgs.). *Lukács e a atualidade do marxismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, Georg. *History and Class Consciousness*. London: Merlin Press, 1971.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *Oeuvres Choiesies*, Tomo 1. In: GUTERMAN, Norbert & LEFEBVRE, Henri. Paris: Gallimard, 1963.

MILIBAND, Ralph & POULANTZAS, Nicos. The Problem of the Capitalist State. In: Blackburn, R. *Ideology in the Social Sciences*. Bungay Suffolk: Richard Clay (The Chaucer Press) Ltd., 1973.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político y classes sociales en el Estado capitalista*. Ciudad del México: Siglo XXI, 1970.

PUTNAM, R. D. *The Beliefs of Politicians: Ideology, Conflict, and Democracy in Britain and Italy*. New Haven and London: Yale University Press, 1973.

REJAI, M. *Decline of Ideology?* New York: Aldine, 1971.

SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

_____. *O anjo torto: esquerda e direita no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SARTORI, Giovanni. Politics, ideology, belief systems. In: *American political science review*, LXIII, 1969.

_____. *Teoria democrática*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1965.

STOPPINO, Mario. Ideologia. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

VERON, Eliseu (Org.). *El proceso ideológico*. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporaneo, 1972.

WAXMAN, C.I. *The End of Ideology Debate*. New York: Funk & Wagnalls, 1968.

ZELTLIN, Irving. *Ideologia y Teoría Sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1975.

Resumo

Este ensaio propõe uma revisita ao conceito de ideologia. Em primeiro lugar procura traçar a origem do conceito no início do século XIX, assim como as suas diversas acepções no contexto que marcou o surgimento do pensamento social da época. Em seguida reproduz, esquematicamente, a noção marxista de ideologia. Em terceiro, propõe um apanhado geral da projeção da questão no mapa teórico da ciência política do século XX. Finalmente, procura estabelecer, conclusivamente, algumas conseqüências do debate sobre o potencial explicativo do conceito para o entendimento das sociedades contemporâneas sob a égide das práticas e idéias capitalistas em tempos de globalização.

Palavras-chave

Ideologia, marxismo, sociedade contemporânea.

Abstract

This essay proposes a revisit to the concept of ideology. Firstly, it aims at tracing the origin of the concept in the beginning of the XIX century as well as its several meanings in the context that favored the appearance of the social thought of the time. Secondly, it reproduces the Marxist notion of ideology. Thirdly, it proposes a general view of the theoretical projection of the question in the theoretical map of the XX century Political Science. Finally, and as a conclusion, it tries to establish some consequences of the debate on the explanatory potential of the concept for the understanding of the contemporary societies under the support of the capitalist practices and ideas.

Key-words

Ideology, Marxism, contemporary society.